

# Eu e a bola



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República,  
escritor e imortal da  
Academia Brasileira  
de Letras

Não tenho nenhuma autoridade para falar de futebol. Sou um dos poucos brasileiros que não é fanático pelo esporte jogado, especialmente pelo futebol. Ao longo de minha vida, só quando menino, bem menino, aos 10 anos joguei com bola de meia, porque em Pinheiro e São Bento não havia bolas de plástico — coloridas ou não, sempre despertam a fascinação das crianças —, e essas bolas de meia satisfaziam o nosso desejo com a possibilidade de praticar o esporte que é, e já era, uma paixão nacional.

Em outra fase, quando vim para São Luís fazer o exame de admissão para o Colégio Marista, aos 12 anos — aí morando num pensionato que tinha como proprietária uma bondosa senhora, dona Rosilda Penha, que, até hoje, guardo na memória como um Anjo Bom na minha vida —, comecei a entrar na grande conversa da rapaziada da casa (eu era o mais novo): o futebol, participando das discussões entre os times do Maranhão e os do Rio de Janeiro, capital do país e Cidade Maravilhosa. O Rio era hegemônico. Brasília ainda não existia.

Ouvíamos pelo rádio a narração dos jogos com a mesma paixão com que hoje ficam pregados os viciados na televisão. Agora, Fernando, meu filho, vice-presidente da CBF, assiste a vídeos de velhos jogos e vibra com os gols passados com a mesma paixão com que se

emociona em jogos ao vivo. Diz que é o único e duvidoso cartola que joga bola duas vezes por semana, religiosamente, num campo que se chama Narigão.

Pregados às rádios, acompanhávamos os jogos. Eu logo me liguei ao Flamengo, torcendo e pregando no meu quarto, na parede, as fotografias dos jogadores e do time completo. Houve a disputa do título de um tricampeonato, e lembro-me até hoje dos nomes dos jogadores, que naquele tempo eram identificados de acordo com as posições, com termos em inglês. Eles eram: Jurandy (goalkeeper, goleiro); Domingos da Guia (center back, linha média), que deu beque em português; Biguá (right fullback); Bria (halfback), Jaime (inside left); e os atacantes Peraqui e Vevê (inside right e inside left). Esqueci de dois nomes. O Flamengo foi o Tricampeão do ano? Não me recordo.

Depois comecei a estudar pra valer e não tive mais tempo para outra coisa senão dedicar-me a ser um autodidata. Agora, na boa velhice, que na expressão de Bobbio é muito boa com o único defeito de durar pouco, eis que meus netos e bisnetos me convidam para assistir à Copa dos Times em nível mundial. A FIFA só fazia copa de países, com seleção de países. Agora está fazendo o Mundial de Clubes, oficialmente a Copa do Mundo de Clubes da FIFA 2025, o que é muito democrático. Reúne times de países grandes e pequenos, em mesmo nível, alguns com a revelação de serem da altura dos grandes. E eu já começo a conhecer Real Madrid, Chelsea, Manchester City e outros times menores...

O Brasil está fazendo bonito, e o meu antigo Flamengo começa esse Mundial ganhando de 2 x 0 do Espérance de Tunis, despertando em mim o velho torcedor de 14 anos, já com

os netos na minha antiga idade pedindo-me para calar quando opino, dizendo: “Vovô, você nada entende de futebol”, e minha mulher se recusando a torcer por “time de fora”, argumentando “Só torço pelo Sampaio Corrêa, meu time do coração. É daqui do Maranhão”. E eu observo “Marly, eu e você, na casa dos 90, não temos mais tempo de ver o Sampaio na Copa Universal de Times” — agora disputada nos Estados Unidos, país que nunca gostou muito de futebol, apenas do futebol americano, como é chamado esse agarra-agarra de que até hoje não entendo as regras.

Dos presidentes da República, o que mais gostava de futebol era o Médi. Opinava sobre a Seleção do Brasil e não perdia um domingo: de rádio no ouvido, ia aos estádios assistir aos jogos. Igual a ele só o Lula, na devoção pelo Corinthians, construindo estádios, vestindo a camisa e sentindo dor de cabeça quando seu time perde.

Em Madrid, passei uma grande vergonha. Entrevistado na Espanha, no tempo em que fazíamos aqui o plebiscito e incluíram a hipótese inalcançável do monarquismo, eles me perguntaram se este sistema poderia vencer. Eu respondi: “O Brasil já tem muitos reis, o maior de todos, o Rei Pelé. E temos o Rei das Bateiras, o Rei do Café...” Af, despertei que estávamos na Espanha, país monárquico. E paguei o mico. Encerrei a entrevista, e o entrevistador saiu de cara feia.

Mas a verdade é que eu fui despertado para o gosto das partidas do Mundial de Clubes e já pergunto aos meus netos: “Quando é o próximo jogo do Flamengo?” Eles respondem: “É, velho, você não dizia que não tinha tempo para assistir ao jogo de futebol?” Eu respondo: “Se tu não responderes, vou te puxar a orelha!”



## Anvisa desfalcada: saúde em risco



» NELSON MUSSOLINI  
Presidente executivo do Sindicato  
da Indústria de Produtos  
Farmacêuticos (Sindusfarma)  
e membro titular do Conselho  
Nacional de Saúde (CNS).

Desde sua criação, em 1999, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) consolidou-se como um dos pilares técnicos mais relevantes do Estado brasileiro. Sua atuação é reconhecida internacionalmente por critérios rigorosos e por seu papel central na regulação de medicamentos, vacinas, alimentos, cosméticos e uma vasta gama de produtos e serviços essenciais à saúde da população. Durante a pandemia do covid-19, a Anvisa mostrou à sociedade brasileira a sua relevância. Trata-se, portanto, de uma agência que não pode ser tratada com descaso — e, no entanto, é exatamente isso que está acontecendo.

Há quase seis meses, a Anvisa opera com apenas dois dos cinco diretores que deveriam compor sua Diretoria Colegiada. Três cadeiras estão vagas, e isso tem implicações gravíssimas. O colegiado é o órgão decisório da agência. Sem quórum mínimo qualificado, decisões estratégicas ficam travadas, processos acumulam-se e a credibilidade da instituição se deteriora. Em qualquer empresa privada, seria impensável

permitir que seu conselho deliberativo permanesse desfalcado por tanto tempo. Por que, então, isso é tolerado quando se trata de uma agência de Estado que regula mais de um quarto da economia nacional?

O mais grave é que não se trata de omissão apenas do Executivo. O presidente da República, mesmo que tardiamente, cumpriu seu dever: indicou os nomes para as diretorias vagas. Os indicados foram, inclusive, analisados e aprovados pela Casa Civil, depois de idas e vindas desnecessárias. Mas as mensagens com os nomes estão paradas na mesa do presidente do Senado Federal. Nem sequer foram lidas em plenário. Não houve designação de relator, tampouco encaminhamento para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que é a responsável por realizar as sabinas dos indicados. O processo está, portanto, congelado por decisão política. E a Anvisa — e, com ela, toda a sociedade brasileira — paga o preço.

Essa situação não é apenas inaceitável: é perigosa. A ausência prolongada de diretores compromete decisões técnicas fundamentais, como a aprovação de novos medicamentos, a reavaliação de normas sanitárias, a regulação de produtos inovadores e a atuação em emergências de saúde pública. O setor produtivo, especialmente na área da saúde, vive num ambiente de insegurança regulatória. E o cidadão, beneficiário final, é quem mais sofre.

Não se pode aceitar que uma instituição

técnica, construída com esforço, excelência e compromisso com a saúde pública, seja refém de disputas ou inércias do jogo político. A Anvisa precisa de estabilidade, previsibilidade e autonomia funcional. Isso inclui uma Diretoria Colegiada plenamente composta, com capacidade deliberativa. A paralisação desse processo sabota o funcionamento da agência e compromete sua missão institucional.

Além disso, o desrespeito com os prazos e com a própria Anvisa atinge também os servidores da agência, que continuam a cumprir suas funções com dedicação, mas enfrentam um cenário de indefinições e gargalos decisórios. O esvaziamento da diretoria não é um problema de bastidor: é uma crise institucional que afeta o SUS, a indústria, os usuários dos produtos e a imagem do Brasil como regulador confiável perante organismos internacionais.

A recomposição da Diretoria Colegiada da Anvisa é uma medida urgente. Não se trata de favor, tampouco de gesto político: é dever constitucional. Cabe ao presidente do Senado, com a responsabilidade que o cargo exige, dar andamento às indicações presidenciais. Ler as mensagens. Nomear relatores. Encaminhar à CAS. Permitir que os indicados sejam sabatinados e votados e assumam, urgentemente, suas funções. O Brasil precisa, mais do que nunca, de instituições técnicas fortes e operantes. A Anvisa não pode continuar desfalcada. O atraso é injustificável. A omissão, inaceitável.

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



## Leões e cordeiros

Há países onde a política se parece menos com um pacto social e mais com um teatro repetido: os atores não mudam, os cenários se deterioram e a plateia nem aplaude. Em uma dessas nações vizinhas, marcada por décadas de improviso institucional, surgiu recentemente uma voz dissonante. Um personagem que não saiu do camarim habitual da política, mas dos bastidores da crítica radical. Sua retórica era direta, sua proposta, disruptiva: o palco precisava ruir para que se pudesse construir um novo espaço de apresentação.

Ele começou sua reforma por onde poucos ousam: pela simbologia do poder. Disse, com franqueza desconcertante, que ninguém representa mais do que aquele a quem representa. Como num mercado, o derivativo não pode valer mais do que o ativo. Ou seja, o político não pode custar mais caro do que o povo que o sustenta. Essa máxima — simples, porém subversiva para certos círculos — tornou-se eixo de sua proposta. Redefiniu a lógica do serviço público como um espaço de responsabilidade, e não como um pedestal.

Ao observarmos o que se passa por lá, é difícil não notar o abismo entre aquele movimento de enxugamento institucional e outras realidades, em que o Estado se agiganta não para amparar, mas para dominar. O novo dirigente iniciou cortes drásticos: ministérios fundidos ou extintos, contratos revistos, subsídios revogados. A máquina pública deixou de ser monumento de privilégios para ser submetida à regra do equilíbrio. Um ajuste fiscal profundo foi aplicado, com cortes em obras, cargos e repasses que, por anos, serviram a interesses cruzados.

Não se trata de um simples programa de contenção de gastos, mas de uma tentativa de refundar o edifício institucional sobre bases menos clientelistas. E, curiosamente, é justamente isso que tem causado escândalo, porque onde se havia normalizado o excesso, a austeridade soa quase como heresia. O desconforto que essas mudanças têm provocado é, em si, revelador: expõe a dependência de muitos grupos à gordura do Estado.

Entre os alvos, estão estruturas sindicais que, por muito tempo, funcionaram como satélites de poder, mais interessados na perpetuação de sua influência do que na defesa do trabalho real. Há quem veja, nesse embate, ecos de outras geografias: sistemas onde o sindicalismo se tornou braço de partidos, e os partidos, extensões de projetos pessoais. O paralelo não é forçado. O líder vizinho reconheceu essas estruturas como parte da engrenagem que emperrou seu país e propôs reformas para flexibilizar, modernizar e desburocratizar relações de trabalho.

No plano simbólico, cortou também regalias históricas: pensões especiais, carros oficiais, gabinetes inchados. Propôs que o erro político deixasse de ser custo social e passasse a ser ônus individual. Ou seja: quem erra, paga. Como em qualquer outra profissão. Isso, claro, desafia o pacto informal da impunidade, que vigora em muitas democracias capturadas por seus representantes. Afinal, exigir do político o mesmo sacrifício que se exige do cidadão comum é, para muitos, uma afronta.

O mais curioso, porém, é que essa nova liderança não se vende como herói. Seu discurso é o do sacrifício, não da redenção. Seu projeto não é a conciliação de forças, mas o enfrentamento direto das distorções. Isso lhe rendeu inimigos poderosos, resistência parlamentar e uma tempestade midiática. Mas também lhe garantiu apoio popular entre aqueles que, cansados da linguagem pasteurizada da política tradicional, encontraram nele um eco de suas próprias frustrações.

Há muito a ser provado, e o caminho está longe de ser pacífico. As medidas são duras, e os efeitos sociais podem ser profundos. Mas ignorar o diagnóstico seria perpetuar o colapso. A crise daquele país não começou com esse governo; ela foi gestada por décadas de populismo fiscal, aparelhamento institucional e desprezo pela responsabilidade. O novo dirigente apenas decidiu não fingir mais que não vê.

Enquanto isso, em outros cantos, a lógica se mantém invertida. O Estado continua a crescer enquanto os serviços públicos encolhem. Os representantes se isolam em suas fortalezas burocráticas, enquanto a população se debate com a ineficiência. E as reformas estruturais continuam sempre “para depois”, como se houvesse tempo eterno para resolver o insustentável.

O que acontece ali — nesse vizinho barulhento e em convulsão — é, talvez, o prenúncio do que outros também terão de enfrentar. Porque o modelo da abundância política em tempos de escassez social chegou ao seu limite histórico. E quando o leão não defende o rebanho, mas o devora, os cordeiros — mais cedo ou mais tarde — deixam de confiar no cercado.

### A frase que foi pronunciada:

“Três coisas devem ser feitas por um juiz: ouvir atentamente, considerar sobriamente e decidir imparcialmente.”

Sócrates

### História de Brasília

A Universidade de Brasília solicitou ao IAPI e este à Novacap para que sejam abertas fossas “provisórias” para os blocos 4 e 7 da superquadra 305. Nada mais absurdo. Ou muda tudo ou não deve haver privilégio em detrimento de outros. (Publicada em 5/5/2025)